

# FICHA DE UNIDADE CURRICULAR 2025/2026

#### Curso

Licenciatura em Educação e Formação

#### Designação

Questões Críticas de Avaliação em Educação e Formação

**Docente(s)** (Indicar também qual o docente responsável pela U.C.)

Natalie Nóbrega Santos

Descrição geral (ECTS, Carga horária, Apoio tutorial, etc.)

5 ECTS; 3 horas semanais

# Objetivos / Competências

O futuro licenciado em Educação e Formação precisa estar preparado para participar em processos de avaliação requeridos e em desenvolvimento ou implementação nos mais variados contextos, níveis e planos de intervenção educativa e formativa. A complexidade que esses processos envolvem exige, além de um apetrechamento técnicocientífico, o sólido desenvolvimento de conhecimentos e competências avaliativas que lhe permitam enfrentar os desafios sociais, humanos, ético-políticos e educacionais que a avaliação integra. Nesta perspetiva, o programa desta unidade curricular, pretende que, no final, o estudante atinja os objetivos e desenvolva as competências que a seguir se indicam:

#### **Objetivos**

- Compreender de forma abrangente e aprofundada diferentes perspetivas éticas e políticas no âmbito da avaliação em educação e formação.
- Analisar criticamente, problemas, questões e constrangimentos éticos e políticos numa diversidade de situações de avaliação em educação e formação.
- Debater argumentada e refletidamente a utilização dos critérios de meta-avaliação na análise de contextos, práticas e programas de avaliação em educação e formação.



 Conhecer e analisar criticamente diversos tipos de relações que se estabelecem entre a avaliação e as políticas de educação e formação.

#### Competências

- Compreender e discernir diferentes pontos de vista, interesses e valores associados aos processos, objetos, decisões e resultados da avaliação em contextos de avaliação de educação e formação específicos.
- Analisar criticamente os processos, efeitos e impactos educacionais, pessoais, sociais, éticos e políticos de práticas, dispositivos, programas e políticas de avaliação em educação e formação.
- Defender refletidamente posturas avaliativas suportadas nos critérios de meta-avaliação.
- Extrair conclusões dos resultados da avaliação que suportem políticas eticamente adequadas de educação e formação

# Conteúdos programáticos (sinopse)

Conteúdos programáticos (sinopse)

A. Avaliação Externa das Aprendizagens e Políticas de Educação e Formação

- Temática da validade da avaliação externa
- Problemática dos efeitos e impactos da avaliação externa
- Ideologias políticas e utilizações da avaliação externa
- Utilidade da avaliação externa no desenvolvimento das políticas educativas

#### B. Ética e Justiça na Avaliação em Educação e Formação

- Princípios, valores, critérios, padrões e desafios éticos da avaliação
- Interesses, bem público e postura ética
- Mérito, imparcialidade e equidade
- Impacto educacional, pessoal e social da avaliação
- Dimensão relacional da avaliação e a ética do cuidar

### C. Avaliação e Política em Educação e Formação

- Relações entre avaliação e política
- Análises políticas da avaliação
- Perspetivas de avaliação politicamente orientadas
- Políticas de avaliação e políticas de educação e formação



# Bibliografia geral (até 20 obras)

- Alves, J. M. (Coord.). (2013). Memórias de professores. Emoções, identidades profissionais, currículo e avaliação. Universidade Católica do Porto / apoio Fundação Manoel Leão.
- Barroso, J., & Afonso, N. (Orgs). (2011). Políticas educativas: mobilização de conhecimentos e modos de regulação. Fundação Manoel Leão.
- Baptista, I. (2011). Ética, deontologia e avaliação do desempenho docente. CCAP/ME.
- https://edufor.pt/doc/Caderno-CCAP-3-ADD-Etica.pdf
- Carvalho, L. M. (Org.). (2011). O espelho do perito. Inquéritos internacionais, conhecimento e política em educação o caso PISA. Fundação Manoel Leão.
- Conselho Nacional de Educação (2010). Impacto das avaliações internacionais nos sistemas educativos. CNE. https://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/seminarios-e-coloquios/741-impacto-das-avaliacoes-internacionais-nos-sistemas-educativos
- Conselho Nacional de Educação (2013). Avaliações internacionais e desempenho dos alunos portugueses. CNE.
- http://www.cnedu.pt/content/edicoes/seminarios\_e\_coloquios/LIVRO\_Avaliacoes\_internacionais.pdf
- Conselho Nacional de Educação (2014). Avaliação externa e qualidade das aprendizagens. CNE. http://www.cnedu.pt/content/edicoes/seminarios\_e\_coloquios/Avaliac%C3%A3o\_externa\_e\_qualidade\_das\_a prendizagens\_vf.pdf
- Conselho Nacional de Educação (2015). Acesso ao Ensino Superior: desafios para o Século XXI. CNE. http://www.cnedu.pt/content/edicoes/seminarios\_e\_coloquios/LivroCNE\_AcessoEnsinoSuperior.pdf
- Conselho Nacional de Educação (2015). Investigação em educação e os resultados do PISA. CNE. http://www.cnedu.pt/content/edicoes/seminarios\_e\_coloquios/PISA\_Investiga%C3%A7%C3%A3o\_em\_Portug al\_dezembro\_2014.pdf
- Fernandes, D. (2005). Avaliação das Aprendizagens: Desafios às Teorias, Práticas e Políticas. Texto Editores.
- Fernandes, D. (2018). Para uma compreensão das relações entre avaliação, ética e política pública. Revista de Educação PUC-Campinas, 23 (1), 19-36.
- https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/3932
- Fetterman, D. (2000). Foundations of empowerment evaluation. Sage.
- Flint, N. A., & Johnson, B. (2011). Towards fairer university assessment. Recognizing the concerns of students. Routledge.
- House, E. R., & Howe, K.R. (1999). Values in evaluation and social research. Sage.
- House, E. R. (1993). Professional evaluation. Social impact and political consequences. Sage.
- Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (2011). The program evaluation standards. A guide for evaluators and evaluation users, 3d Edition. Sage.
- Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (2009). The personnel evaluation standards. How to assess systems for evaluating educators, 2ed edition. Corwin Press.



Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (2003). The student evaluation standards. How to improve evaluations of students. Corwin Press & Educational Policy Leadership Institute.

Kelhagan, T., Greaney, V., & Murray, T.S. (2011). O uso dos resultados da avaliação do desempenho educacional. Elsevier Editora / Banco Mundial.

https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/2667/501710PUB00POR00Box0361492B0PUBLIC0.pdf?sequ

Machado, E. A. (2013). Avaliar é ser sujeito ou sujeitar-se? Elementos para uma genealogia da avaliação. Edições Pedago.

Melo, M. B. P. (2009). Os professores do ensino secundário e os rankings escolares. Reflexos da reflexividade mediatizada. Fundação Manuel Leão.

Morris, M. (Ed.). (2008). Evaluation ethics for best practice. Cases and commentaries. Guilford Press.

Newman, D. L., & Brown, R. D. (1996). Applied ethics for program evaluation. Sage.

Shaw, I. F., Greene, J. C., & Mark, M. M. (Eds.). (2006). The Sage Handbook of Evaluation. Sage.

#### Métodos de ensino

Os estudantes têm um papel primordial no desenvolvimento das sessões de trabalho. Relativamente a cada Area Temática cabe-lhes, a partir dos textos indicativos e de outros que resultem das suas próprias pesquisas, participar nas atividades, discussões e sínteses a realizar para que as aprendizagens esperadas possam ocorrer. O docente orientará as discussões, fará pontos de situação sempre que necessário e proporcionará feedback para que os estudantes possam progredir e/ou ultrapassar eventuais dificuldades.

Regime Geral de Avaliação (Modalidades, elementos, calendarização, ponderação, etc.)

Regime Geral de Avaliação (Modalidades, elementos, calendarização, ponderação, etc.)

O Regime Geral de Avaliação, tal como está definido no Regulamento de Avaliação das Aprendizagens do IE-UL, é o regime recomendado para a generalidade dos estudantes, incluindo trabalhadores-estudantes (e estudantes de outros regimes especiais), desde que cumpram a assiduidade mínima de 2/3 das aulas.

Segue-se o princípio da avaliação contínua e formativa, que se desenvolverá ao longo das aulas. A unidade curricular é presencial e, por isso, implica, como princípio, a frequência de todas as sessões por cada um dos estudantes. Se tal frequência não se verificar, podem não estar reunidas condições para que o estudante seja avaliado.

Os principais critérios de avaliação a considerar em cada uma das tarefas indicadas serão discutidos e negociados com os alunos.

A classificação final nesta Unidade Curricular implica a participação ativa dos estudantes no desenvolvimento das tarefas que se indicam a seguir.

1. Avaliação contínua (40%) (Individual): Realização de microtarefas assíncronas ou síncronas – questionários, pequenas reflexões, glossário, participação em fórum, função de apoio às aulas, auto e



heteroavaliação (até 19 de dezembro de 2025).

- 2. Dinamização de uma sessão de discussão (40%) (Individual e Grupal) a realizar no mês de novembro.
- 3. Recurso crítico (20%) (Grupal): Entrega até 15 de dezembro de 2025, heteroavaliação até 19 de dezembro de 2025.

Orientações precisas e específicas sobre o desenvolvimento de cada uma das tarefas serão apresentadas e discutidas em aula e disponibilizadas também através da plataforma Moodle.

No Regime Geral de Avaliação, a aprovação na UC exige que o estudante obtenha, no mínimo, 10 valores em cada componente de avaliação, seja individual ou grupo. Caso o aluno obtenha uma nota inferior a 10 valores em qualquer uma das componentes, mesmo que a ponderação das componentes seja superior a 10 valores, a nota registada em pauta será a mais baixa

**Regime Alternativo de Avaliação** (Modalidades, estudantes abrangidos, elementos, calendarização, ponderação, etc.)

O Regime Alternativo de Avaliação é exclusivo para os alunos com o estatuto de trabalhador-estudante, de atleta de alta competição e outros regulamentarmente previstos. Nesses casos, a aprovação na UC implica a presença obrigatória nos momentos definidos para avaliação, nomeadamente em momentos de avaliação formativa ao longo do semestre.

Os estudantes em regime especial de frequência, i.e., em circunstâncias reconhecidamente especiais, devidamente comprovadas e de acordo com os normativos em vigor, deverão comunicar ao docente a sua situação até final de setembro para que se possa definir uma modalidade alternativa de acompanhamento da unidade curricular.

A classificação final, no regime alternativo de avaliação, é determinada por:

- 1. Diário de Leitura Crítica (40%) (Individual): Realização de microtarefas assíncronas ou síncronas questionários, pequenas reflexões, glossário, participação em fórum, função de apoio às aulas, auto e heteroavaliação (até 19 de dezembro de 2025).
- 2. Dinamização de uma sessão de discussão (40%) (Individual e Grupal) a realizar no mês de novembro.
- 3. Recurso crítico (20%) (Grupal): Entrega até 15 de dezembro, heteroavaliação até 19 de dezembro de 2025.

#### Regras relativas à melhoria de nota

De acordo com o previsto no regime de avaliação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, os estudantes podem candidatar-se a melhorar a nota final através da dinamização de uma sessão de discussão e da criação de um recurso crítico num período de avaliação subsequente.